



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Ualisson Pereira Freitas

Universidade Federal de Uberlândia / UFU
ualissonpereira@hotmail.com

Gustavo de Souza Rubbi

Universidade Federal de Uberlândia / UFU
gustavorubbi@hotmail.com

AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA NA DÉCADA DE 1980: atuações do GALF e representações de gênero no boletim ChanaComChana.

RESUMO

Ainda que na luta feminista brasileira da década de 1970 e 1980 temas críticos a emancipação das mulheres tenha sido discutidos predominantemente no âmbito privado, jornais alternativos e feministas como o ChanaComChana conseguiram oferecer um certo protagonismo a esses debates sensíveis. Evidenciando temas como o direito da mulher ao prazer e o fim da repressão às lésbicas, este artigo elabora alguns apontamentos sobre a atuação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista à frente do periódico na década de 1980.

Palavras-chave: Gênero. Lesbianidade. Feminismo. ChanaComChana. Ditadura.

LESBIAN-FEMINIST ACTION IN THE 1980'S: GALF performances and gender representations in the ChanaComChana journal.

ABSTRACT

Although in the Brazilian feminist struggle of the 1970s and 1980s critical themes to women's emancipation were predominantly discussed in the private sphere, alternative and feminist journals such as ChanaComChana have managed to offer a certain protagonism to these sensitive debates. Highlighting themes such as women's right to pleasure and the end of repression of lesbians, this article elaborates some notes on the performance of the Lesbian-Feminist Action Group in the direction of the journal in the 1980s.

Keywords: Gender. Lesbianism. Feminism. ChanaComChana. Dictatorship.

Introdução¹

A luta feminista no Brasil emerge na década de 1970, fortemente marcada por um viés oposicionista à Ditadura Militar que tomou o país de assalto após o golpe de 1964. A eclosão do movimento feminista de forma organizada foi precedida por uma série de fatores que confluíram para o questionamento dos lugares tradicionais de gênero, entre eles a participação das mulheres na luta armada e a instituição do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. A partir de então, associações que atuavam na clandestinidade – articulando os entendimentos sobre o papel da mulher no meio social – passam a ter maior visibilidade e a constituir grupos políticos com notoriedade nacional. Contudo, tendo se aliado à igreja católica e às organizações de esquerda, as mulheres tiveram de direcionar as discussões e reivindicações públicas para questões que eram objeto de consenso entre os aliados. Nesse movimento, pautas importantes para a emancipação feminina, como *planejamento familiar*, *aborto* e *sexualidade*, foram suplantadas em uma estratégia de apaziguamento e permaneceram sendo discutidas no âmbito do privado (SARTI, 2004, p. 39).

No ano de 1980, a troca de experiência entre as mulheres anistiadas e as que vivenciaram todo o clima repressivo brasileiro na década anterior fortaleceu a luta feminista, agora já consolidada em território nacional. Nesse momento, a agenda feminista já ultrapassava os domínios da consciência de opressão e buscava a ampliação do papel profissional das mulheres em partidos, sindicatos e demais instituições (SARTI, 2004, p. 41-42). As questões que remetiam a sexualidade, aborto e subversão da noção de planejamento familiar tradicional, no entanto, continuavam com menor destaque. Sem representação nas grandes mídias, eram discutidas por organizações de bairro² e por meio da chamada imprensa alternativa³.

No campo dessa imprensa alternativa apareceram, ainda que de forma restrita, periódicos que além da luta contra o regime ditatorial empenharam-se em debater temas

¹ O texto é um desdobramento do projeto de doutoramento.

² É necessário salientar que, apesar de este artigo estabelecer um enfoque na relação entre as feministas e a chamada luta maior, as mulheres brasileiras estavam organizadas em várias frentes, por vezes associadas a superação da ditadura, por vezes não. De acordo com Amelinha Teles, desde a década de 1970, já se faziam presentes na periferia, principalmente em São Paulo, “grupos de mães e donas de casa, organizados em clubes, associações ou sociedades de amigos de bairro”. Esses grupos tratavam principalmente dos custos de vida, baixos salários e creches. Ver mais em: TELES, 1999, p. 75.

³ A imprensa alternativa, também conhecida como imprensa nanica é entendida pelo autor Bernardo Kucinski como um veículo de informação que se contrapunha ao discurso da grande mídia e ao discurso oficial. O autor classifica duas grandes classes de jornais alternativos. A primeira de caráter político, com viés de valorização do nacional e do popular e a segunda classe, que possuía influências da contracultura norte americana, do orientalismo e do anarquismo. Ver mais em: KUCINSKI, 2001, p. 5.

como sexualidade, igualdade de direitos e liberdade sexual.⁴ Nessa perspectiva, surge no início da década de 1980 o boletim *ChanaComChana*. A partir de um posicionamento feminista, o periódico circulou entre 1981 e 1987 e tinha como objetivo a criação de um espaço realizado por e para mulheres lésbicas, sendo direcionado também a “todas as pessoas que queriam debater, conversar e se divertir[...]” (MARTINS; CAETANO; BRAGA; JUNIOR, 2020, p. 50). De acordo com o editorial o jornal era um meio de “informação, discussão e humor [...], sonho para todas que o fizeram e para quem fosse lê-lo” (CHANACOMCHANA, 1982, p. 2). Nesse sentido, o periódico tinha como intuito servir de meio para que as lésbicas pudessem ser representadas e acolhidas, agindo de forma a auxiliar na desmitificação dessas identidades.

Diante disso, o boletim *ChanaComChana* é entendido neste estudo a partir de uma perspectiva crítica sobre a imprensa, como espaço de interesses e de intervenção na vida social. O procedimento de análise das edições baseou-se na observação do conteúdo do jornal, na abordagem temática e qualitativa (BARATA ZICMAN, 2012). Considerando a visível omissão de temas críticos a emancipação de determinadas mulheres – que além das normas de gênero subvertiam as normas de sexualidade⁵ – e o empenho do corpo editorial do *ChanaComChana* em combater essa marginalização, foram elaboradas algumas reflexões a respeito da atuação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista⁶ responsável pela construção do boletim. Observou-se as narrativas, a escolha dos assuntos veiculados, os posicionamentos político-ideológicos, bem como as maneiras pelas quais o periódico articulou a luta feminista às questões referentes a construção de subjetividades na década de 1980.

⁴ Apesar das discussões feministas ganharem espaço a partir de periódicos como “Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978), [...] Mulherio (1981-1987) e o ChanaComChana (1981-1987), nesse contexto não era comum a celebração da figura feminina e das mulheres lésbicas. Essas produções podem ser entendidas como exceções, pontos fora da curva, até mesmo dentro da imprensa alternativa. Sobre os projetos feministas na década de 1970 e 1980 ver: WOLFF, ZANDONÁ, MELLO, 2019, p. 62.

⁵ De acordo com Butler as vivências lésbicas “não se conformam às normas de gênero [...] pelas quais as pessoas são definidas” além de serem excluídas por uma determinada “coerência dos gêneros, que exige uma heterossexualidade estável e oposicional”. Ver mais em: BUTLER, 2003, p. 38.

⁶ O Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) surgiu em 1979, como subgrupo do grupo SOMOS, uma das primeiras organizações a tratar do problema da discriminação homossexual no Brasil. Aproximando-se do Movimento de Mulheres, principalmente a partir do 11º Congresso da Mulher Paulista, a GALF se separa do SOMOS e passa a atuar de forma independente em 1980. Ver mais em: CHANACOMCHANA, 1985, p. 2.

Solidariedade entre plurais: a luta lésbico-feminista sob uma perspectiva de ação conjunta

As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa, mas, várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar.

Grupo de ação lésbico-feminista (GALF)

Tanto na edição experimental do jornal *ChanaComChana* – lançada em janeiro de 1981 – quanto na primeira edição veiculada quase dois anos depois – em dezembro de 1982 – são explícitas as perspectivas defendidas pelo conselho editorial. Evidenciando frases como “a democracia é uma palavra muito fácil de ser dita, mas difícil de ser vivida” (CHANACOMCHANA, 1981, p. 3) e expondo a importância da criação de organizações que não se apoiam em uma figura autoritária de liderança, as editoras apresentavam uma nítida oposição à Ditadura Militar. O periódico consistia, portanto, em mais um dos retalhos que compunham a malha da luta feminista nacional, expondo reivindicações próprias das mulheres e empenhando-se na chamada *luta maior*. Todavia, não se limitando as questões relativas à *luta maior*, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista – responsável pelo jornal – assumiu uma postura de representação das identidades vistas como desviantes, oferecendo protagonismo às temáticas que até então permaneciam soterradas.

É notável nas páginas do periódico esse viés de representação minoritária, que dá corpo a uma ideia de uma luta extremamente plural. Em diversos momentos o jornal apresenta as diferenças que revelam uma infinidade de identidades das mulheres, muitas vezes conflitantes. Na segunda edição, por exemplo, é possível observar distinções feitas pelo GALF, entre as “mulheres da cidade” e as “mulheres da periferia”, “mulheres gordas” e “magras”, “mulheres heterossexuais” e “mulheres homossexuais”⁷. Criam ainda diferenciações sobre as próprias mulheres homossexuais, referenciando falas com termos como “assumidas” e “não assumidas”, “masculinas” e “femininas” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 8-9). Dessa forma, torna-se claro, que o projeto editorial veicula uma imagem heterogênea tanto em relação a luta feminista, quanto em relação a luta lésbica.

⁷ Apesar de o corpo editorial do *ChanaComChana* utilizar a nomenclatura “lésbica” para definir as mulheres que subvertiam as normas de sexualidade impostas socialmente, em muitos momentos recorrem a expressões como “homossexualidade feminina” e “mulheres homossexuais”. É importante ressaltar que no período de elaboração do boletim a própria constituição das identidades de “homens gays” e “mulheres lésbicas” era um campo de conflitos. Tratavam-se, portanto, de identidades ainda em construção que ora reivindicavam atuação conjunta, ora distanciavam-se.

No entanto, mesmo demonstrando as especificidades de cada uma dessas identidades, o jornal não parece abdicar de uma ação conjunta. Ainda que os estudos de Maria Lygia Quartim de Moraes evidenciem que a experiência revolucionária chilena comprovou “na prática que a solidariedade entre mulheres não ultrapassava a luta de classes” (MORAES, 2012, p. 113) e que os testemunhos das brasileiras exiladas no Chile foram responsáveis por um aprofundamento das concepções sobre os limites da solidariedade feminista no Brasil nos anos 1980, a perspectiva do *ChanaComChana* nesse período ainda caminhava em um sentido de união, tanto em questões étnicas e sexuais quanto em questões econômicas. Apesar de o jornal apresentar a existência de conflitos, revelando que “muitas feministas falam de vários tipos de discriminação [...], mas se omitem” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 8) quando a pauta não as atinge diretamente, a tônica maior do periódico é a de que as mulheres “não estão tão ilhadas em suas diferenças [...] a ponto de não poderem trabalhar juntas” (CHANACOMCHANA, 1982, p. 2).

Além de expressas nos artigos, entrevistas e ensaios do jornal, o delineamento desse projeto fomentador da união entre as mulheres é reforçado pela iconografia:

Figura 1 – Representações imagéticas da união das mulheres no boletim ChanaComChana.



Fonte: CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista. Edições de 1983 e 1987.

Nota-se, portanto, que a GALF engendrava uma perspectiva de ação integradora, na qual as várias frentes feministas – que levantavam bandeiras diversas – deveriam se solidarizar e discutir questões que não necessariamente as afetavam de forma direta. Apesar do reconhecimento das questões que tornavam essas mulheres indivíduos plurais, as editoras do boletim idealizavam uma assistência recíproca que se nortearia pela tomada de consciência da violência ao feminino e pela luta a favor de seu fim. O que os artigos do *ChanaComChana* expressavam durante a década de 1980 era a

defesa de todas as mulheres, umas pelas outras, a partir de uma consciência coletiva e contra a opressão específica na sociedade.

Dos desafios da ação conjunta: empenhos da GALF e das associações de bairro na articulação dos temas sensíveis

Acabou virando nossa especialidade falar de mulher homossexual, o que nós não queremos que seja uma especialidade nossa. As feministas em geral deveriam assumir a existência do preconceito e da discriminação sobre as lésbicas, e lutar contra.

Grupo de ação lésbico-feminista (GALF)

Trechos como o citado acima aparecem em todo o jornal e colocam discursivamente a necessidade de diálogo entre os diversos grupos feministas. No entanto, dentro do próprio *ChanaComChana* nota-se uma certa dificuldade das organizações – até mesmo a GALF – em estabelecer comunicação contínua com as demais: “nós tivemos pouco contato com o pessoal de bairro” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 8). Isso não só prejudicava as relações entre essas mulheres como também impedia que determinados grupos tivessem acesso às reivindicações e discussões que lhes pareciam adversas, mas que em última instância também eram suas:

GALF: Algumas mulheres da cidade nos dizem que as mulheres da periferia têm muito preconceito, não nos aceitam.

Cida: O pessoal da cidade acha que o pessoal da periferia não aceitaria se uma lésbica fosse falar na periferia e daí [...] guarda o povo desse debate. Você sabe que tem homossexualismo na favela. Tem gente que fala em nome do povo e não sabe o que o povo pensa (CHANACOMCHANA, 1983, p. 8).

Nesse fragmento de entrevista, cedida por uma representante da *Associação das donas-de-casa* ao GALF, observa-se um impasse bastante interessante. Cida evidencia a existência de um “grupo de reflexão” aberto a discutir questões lésbicas na periferia e uma falta de articulação desses saberes com outros setores da sociedade. Uma discussão que era mobilizada pelo GALF – grupo que também era composto por mulheres aptas a tratar do tema “sexualidade” –, mas que não dialogava com a periferia de forma sistematizada.

Claro que a falta de debates referentes à sexualidade nesse período não se justifica pela simples dificuldade de articulação, mas por uma trajetória particular do feminismo brasileiro, que se “organizou em bases locais, enraizando-se na experiência

cotidiana dos moradores das periferias pobres e dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social” (SARTI, 2004, p. 40):

Organizados em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos), esses movimentos tiveram como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução – a família, a localidade e suas condições de vida – que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher.

Esta característica pode ser claramente observada no *ChanaComChana*, quando ao diferenciar a *Associação das donas-de-casa* de uma outra associação com o mesmo nome – mas que segundo a entrevistada tinha um caráter burguês – Cida apresenta: “Gostam de fazer pão em casa, elas acham que dá para resolver o problema do pão e do leite que estão muito caros fazendo-os em casa. A gente não, a nossa associação é mais reivindicativa, dá informação para a mulher. Em vez de fazer pão em casa nós queremos que o pão abaixe” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 8). Nota-se assim que muitas das questões presentes nos grupos de discussão referiam-se aos domínios do lar e às condições de vida.

No entanto, essas organizações de bairro também se detiveram aos temas mais sensíveis, como a sexualidade. Ainda que as discussões em torno dessa esfera fossem menos frequentes, a entrevistada afirma que o 2º Congresso de Mulheres Paulistas e as ações do GALF foram determinantes para que esse tema passasse a ser abordado nas reuniões. Além da sexualidade, discutiam aborto e planejamento familiar. Opção que promoveu uma relação complexa dessas organizações com a Igreja Católica.

A associação [das donas-de-casa] surgiu em 1963. Tem 20 anos de existência. Ela nasceu em Santo André por parte da igreja. Só que a gente tirou ela da igreja. [...] Hoje cada bairro tem uma equipe. Temos equipes na Zona Leste, Mauá e Santo André. As pessoas se reúnem nas casas mesmo. Cada equipe se reúne uma vez ao mês e elas discutem os problemas da associação do bairro, os problemas delas e os gerais (CHANACOMCHANA, 1983, p. 7).

Observa-se – para além do que Sarti chamou de “enfrentamentos entre os grupos feministas e a Igreja Católica pela hegemonia dentro dos grupos populares” (SARTI, 2004, p. 39) –, uma parcial vitória das feministas nesse enfrentamento. Se por um lado “As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral” (SARTI, 2004, p. 39), por outro, podemos notar como – a partir das influências do feminismo – as mulheres dessas organizações criadas pela igreja restringiam suas relações com a instituição religiosa a fim de promover debates mais eficientes sobre diversos temas, como por exemplo o aborto:

Quando a gente começou a levar essa discussão ficou claro que grande parte das mulheres faziam aborto, só que em casa, com agulha de tricô, tomando chá e outras pagando alguém para tirar. A partir daí percebeu-se que se as mulheres tivessem direito para fazê-lo, melhores condições, seria melhor. O problema é a ideia errada que fazem. Uma vez na PUC eu participei da mesa “As mulheres da classe subalterna” e uma freira começou a falar que fazer aborto é matar uma vida. Eu disse que [...] a igreja não quer que você tome pílula, mas não ensina outro método e quando a pessoa fica grávida diz que “Deus quis assim”, mas na hora de dar o que de comer para os filhos a igreja não dá. O pessoal da igreja até pouco tempo ia pelo método do muco da vagina: quando está perto da menstruação o muco vem grosso. [...] fizemos uma experiência no bairro. De 10 mulheres 8 ficaram grávidas, as outras 2 não ficaram, acho que por obra do Espírito Santo (CHANACOMCHANA, 1983, p. 7).

Além das discussões sobre o aborto, as questões referentes ao campo doméstico, como relação familiar, jornada dupla de trabalho, casamento, relação sexual também tinham um certo destaque na organização:

O pessoal de bairro avançou muito mais em termos de feminismo, elas começam a perceber as coisas em cima do dia a dia delas. Percebem que o trabalho delas é usado para a Economia do país; porque o homem não divide as coisas de casa; se ela trabalha fora e trabalha dentro, as vezes está tão cansada quanto ele, as vezes muito mais, porque ela não tem hora de trabalho, não tem férias. A gente quando começa a refletir sobre relacionamento sexual, a maioria nunca tinha tido prazer na vida, algumas ficam felizes da vida quando menstruam porque aí não precisam trepar. Quando a mulher começa a descobrir o prazer, que ela é dona de seu próprio corpo, [...], que ela e seu trabalho são importantes, ela vai se igualando nos deveres com o marido e vai questionando o marido, aí começa a verdadeira valorização da mulher (CHANACOMCHANA, 1983, p. 7).

Diante do apresentado, evidencia-se um empenho empreendido pela organização feminista GALF e a *Associação das donas-de-casa* em trabalhar as questões sensíveis. Mesmo que tenham encontrado uma certa dificuldade entre os grupos, nota-se a existência de uma tentativa de articulação. Fica evidente também que a relação entre os grupos dito femininos e os feministas é extremamente delicada, visto a influência que um exercia sobre o outro.

Perspectivas lésbico-feministas: as representações do “feminino” e do “masculino” nas páginas do periódico

Os guetos da vida são os lugares que o mundo instalou dentro e fora de nós, onde se reproduzem todos os opressores estereótipos de masculinidade e feminilidade. Nesses lugares não há espaço para repensar as relações entre as pessoas, experimentar coisas novas e amar.

Grupo de ação lésbico-feminista (GALF)

Ao longo das publicações do *ChanaComChana*, a preocupação em como *representar*⁸ as identidades femininas, masculinas e em determinados momentos travestis, apresenta-se como central para as editoras do boletim. Mais do que definir essas formas de existência, o editorial parece apresentar discussões que as relativizem. Na primeira edição, por exemplo, são retratados apontamentos realizados pela fundadora do Movimento de Libertação das Mulheres (MFL): a francesa Antoinette Fouque. Em sua fala – realizada no Primeiro Festival das Mulheres nas Artes e transcrita no *ChanaComChana* –, Fouque discute a constituição do feminino. Ela ressalta que a partir das concepções do MLF, o que uniria as mulheres em torno de uma luta seria as suas características biológicas. Em seu artigo, Antoinette destaca que “um homem pode ser “feminista” até o extremo do travesti e do transexual, mas não é por isso que tornar-se-á mulher (diferença por sexo)” (CHANACOMCHANA, 1982, p. 9):

Além da reivindicação de igualdade social e cívica, até hoje não conseguida (e não será para amanhã), o MLF impôs, desde o início, a diferença real dos sexos, a existência das mulheres; não o que a língua faz de modo indireto: um gênero (o feminino), nem tão pouco o que faz repressivamente: uma ideologia (a feminista). Assim, desvia-se a diferença real por sexo em ideologia masculina ou feminina. O “ismo” é um acréscimo a esse desvio por gênero (CHANACOMCHANA, 1982, p. 8).

Dessa forma, Fouque entende a afirmação da ideia de gênero como um empecilho para a luta das mulheres. Segundo ela, esse conceito acabaria por embaçar os limites entre o masculino e o feminino, retirando as ferramentas que as mulheres possuíam para reivindicar seus direitos. Opondo-se também a nomenclatura do “feminismo” afirma que a utilização do termo poderia ser interpretada como associação a movimentos ideológicos totalitários, cujos nomes detinham o mesmo sufixo, o “ismo”. Apresenta assim, em uma atitude defensiva, uma luta das mulheres – e não uma luta feminista – marcada por uma diferença biológica, que segundo ela não daria vazão a substituição de uma “opressão das mulheres por uma supressão das mulheres” (CHANACOMCHANA, 1982, p. 9).

Apesar de apresentar esse argumento no *ChanaComChana*, a GALF se posiciona ao final do artigo, destacando que ele “não traduz necessariamente a opinião do boletim”. Além disso, outras questões diferem o posicionamento das editoras do posicionamento

⁸ Segundo Chartier, a representação é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constrói significados sobre o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente ou grupo. Ver mais em: CHARTIER, 1991, p. 173.

de Fouque: a utilização da expressão lésbico-feminista na nomenclatura do grupo; a articulação das ideias de masculino e feminino como interdependentes; a defesa de políticas de proteção as travestis e a defesa de transexuais como mulheres. Ao refletir sobre a transexual Roberta Close, por exemplo, uma das colunistas afirma:

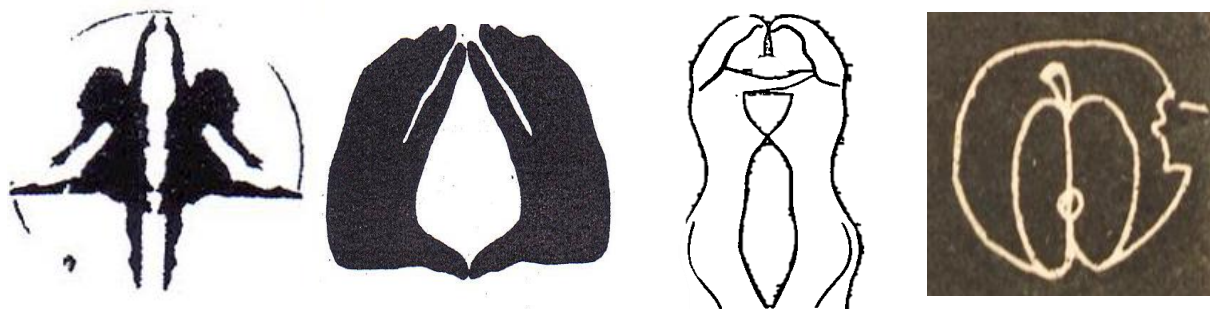
Eu ousaria dizer que sim [que ela é uma mulher]. Eu ousaria dizer que ela é a prova mais contundente do que Simone de Beauvoir, autora do livro “O Segundo Sexo” escreveu há quase três décadas e meia atrás. Segundo a grande escritora e pensadora existencialista, ninguém nasce mulher, mas sim torna-se mulher. Para tanto, não basta nascer com uma vagina, útero, ovários e ser, em resumo, capaz de reproduzir a espécie humana. Para ser mulher, uma pessoa precisa, acima de tudo, ser feminina. E é muito mais através do aprendizado da feminilidade que uma pessoa acaba tornando-se mulher (CHANACOMCHANA, 1984, p. 3).

Diante disso, observa-se um posicionamento que vai contra a ideia de mulher biológica e que reconhece a construção do feminino no campo cultural e social, no qual a comunidade fabrica os estereótipos e a opressão, condicionando a mulher em um espaço marginalizado.⁹ A caracterização de Roberta Close enquanto uma identidade feminina e a ressalva de que “é muito mais através do aprendizado da feminilidade que uma pessoa acaba tornando-se mulher” reforça a percepção de uma sociedade que concebe a mulher e a heterossexualidade como dispositivos capazes de “assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho e perpetuar modelos economicamente uteis” (FOUCAULT, 1988, p.38).

Como forma de afirmação da feminilidade e do espaço da mulher na sociedade, as editoras utilizam de representações opostas ao machismo e ao que elas consideram um mundo “falocrático”.

⁹ De acordo com Judith Butler “[...] espectros de descontinuidade e incoerência [...] são constantemente proibidos pelas leis que buscam estabelecer linhas [...] de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a ‘expressão’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual”. Ver mais em: BUTLER, 2003, p. 38-39.

Figura 2 – Representações imagéticas da vagina no boletim ChanaComChana.



Fonte: CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista. Edições de 1981, 1983, 1985 e 1986.

Tais imagens, cuja estética faz lembrar a vagina, são veiculadas como símbolo de poder, mas não parecem ter a intenção de criar determinações entre o “possuir o órgão sexual” e o “ser mulher”. São, mais do que isso, uma construção política de protesto a um mundo que cultua o falo e a masculinidade. Expressões de uma luta que se faz necessária enquanto impera a dicotomia e a repressão direcionada.

Considerações finais

Este artigo explorou questões referentes à luta feminista e a diferenciação de gênero na década de 1980. A partir do jornal *ChanaComChana* observou-se que o projeto editorial buscava fomentar uma ação conjunta entre as várias mulheres, não só para o enfrentamento do clima repressivo ditatorial, mas também na defesa de minorias e de identidades marginalizadas. Como grupo de ação, o GALF – assim como determinadas associações de bairro e “grupos de reflexão” – debateu temas como sexualidade, aborto e planejamento familiar, na contramão tanto da ditadura quanto dos grupos que associados a Igreja Católica optaram por – ou se viram obrigados a – suprimir essas discussões importantes. Observa-se, por fim, que as representações da mulher e da feminilidade adquirem no periódico não a ideia de mulher biológica, mas de construções sociais firmadas a partir de uma lógica patriarcal.

Referência Bibliográfica:

BARATA ZICMAN, Renée. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 4, p. 89-102, 2012.

BUTLER, Judith. *Identidade, sexo e metafísica da substância*. In: **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 37-48.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 0, 1981. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1, 1982. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 2, 1983. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 3, 1983. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 6, 1984. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 8, 1985. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 9, 1985. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 10, 1986. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 11, 1986. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 12, 1987. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/?s=chanacomchana>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. Editoração Digital. São Paulo: EDUSP, 2001.

MARTINS, Larissa Pinto; CAETANO, Marcio; BRAGA, Keith Daiani da Silva; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. Chanacomchana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 50 – 75, 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estud. sociol.**, Araraquara, v. 17, n. 32, p.107-121, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

Ualisson Pereira Freitas

Graduado em licenciatura e bacharelado em História no Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atuou como membro do Programa de Educação Tutorial (PET-História), no qual desenvolveu Iniciação Científica voltada às questões de sexualidade e gênero na América-Latina.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8605652919475032>

Gustavo de Souza Rubbi

Graduado em licenciatura e bacharelado em História no Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atuou como membro do Programa de Educação Tutorial (PET-História), no qual desenvolveu Iniciação Científica voltada às questões de sexualidade, gênero e travestilidades na História Regional.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2011368070058971>

Artigo recebido em: 03 de agosto de 2021.

Artigo aprovado em: 02 de novembro de 2021.